

AS PALAVRAS E AS IDÉIAS: O PODER NA ANTIGÜIDADE

Renata Lopes Biazotto Venturini¹

Resumo. Esse artigo buscou compreender as relações de poder em Roma, dando ênfase ao entendimento do patronato. No estudo da Antigüidade Romana as palavras e as idéias são instrumentos e máscaras. *Amicitia*, *fides* são termos latinos que oferecem um exemplo singular do vocabulário e das relações políticas. Certamente, há numerosas investigações especializadas, mas há relativamente poucas pesquisas sobre o papel social e político dos termos latinos. As palavras e as idéias nas Cartas de “Caio Plínio Cecílio Segundo”, conhecido como Plínio, o Jovem, iluminam o estudo das instituições políticas no Império Romano.

Palavras-chave: Vocabulário político; patronato; Cartas de Plínio; o Jovem.

WORDS AND CONCEPTS: POWER IN THE ANCIENT WORLD

Abstract. This article has a purpose to understand the relationships of power in Rome, giving emphasis to the understanding of the patronage. In the study the roman antiquity the words are instruments and masks. *Amicitia*, *fides* are latin terms that offers an peculiar example of the vocabulary and political relationship. Indeed, there are numerous specialized investigations, but there is relatively little research on the social and political role of the latins terms. The words and ideas in the Letters of “Caio Plínio Cecílio Segundo”, known as Pliny, the Young, illuminate the study of the political institutions in the roman empire.

Key words: Politcal vocabulary; patronage; Letters of Pliny; the Yong.

“A palavra induz à idéia, tanto quanto a idéia induz à palavra. O vocabulário político está especialmente submetido a esta lei.” (BÉRANGER, 1953, p. 10) A afirmação de Jean Béranger nos remete à importância do estudo dos termos latinos comumente presentes no nosso vocabulário contemporâneo. A língua latina compreende palavras vagas, ambíguas, com múltiplos empregos, que se abrem para campos de interpretações diversas, contraditórias, que nos colocam diante da

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

necessidade de reconhecer e de avaliar as semelhanças ou diferenças. A palavra é o molde no qual se configuram conteúdos diferentes.

Às dificuldades de traduzir as palavras empregadas nos documentos antigos se acrescenta o fato que as nossas próprias palavras são o reflexo direto das palavras antigas, tais como ditadura, democracia, tirania, república, política, império, todas de origem grega ou latina. Não podemos empregá-las na linguagem contemporânea sem estar atentos a essa questão.

A Antigüidade está presente nos próprios termos que utilizamos nas línguas modernas, para traduzir os vestígios ou para explicá-los. O reencontro das palavras, através da diversidade dos séculos e das civilizações, representa mais do que um acaso cultural: as palavras manifestam a permanência de um conjunto de aquisições.

Assim, é necessário submeter as palavras antigas às mesmas interrogações que as palavras modernas. Em matéria de história das idéias ou política, as palavras podem ser instrumentos e máscaras. É preciso estudar os termos, as fórmulas do poder, pois são palavras empregadas pelos atores da política ou que utilizamos como o aparato do historiador. O poder, seja ele conquistado, disputado, exercido ou recusado, exprime-se de várias maneiras. Disso resulta a importância da palavra: a palavra é material histórico. Caio Plínio Cecílio Segundo (* 62 d.C. - + 113 d.C.), conhecido como Plínio, o Jovem, oferece um terreno excepcionalmente fértil para tal discussão.

Nesse sentido, é importante colocar Plínio, o Jovem, na ótica do seu tempo para apreciar o valor de seu julgamento e a forma escolhida para a expressão múltipla do poder. Funcionário, colaborador dos imperadores, ele conhecia as instituições. Após ter exercido uma oposição moderada durante o reinado do imperador Domiciano, Plínio se torna um dos ideólogos e participantes mais ativos do poder imperial, principalmente nos tempos de Nerva e de Trajano. Dirigente de um círculo político e cultural e amigo íntimo de Trajano, ele ilustra a ótica do *princeps*, mas sobretudo, ilustra as idéias de um grupo senatorial de conciliação permanente entre a cúria e o imperador, um grupo aspirando a legitimar a política do César e orientar os interesses dos senadores.

Toda a prática social e política durante os anos de 96 a 108 d.C. encontra-se nos nove primeiros livros da correspondência privada de Plínio ^{2[1]}.

A importância político-social deste período parece residir na personalidade de Trajano. Os romanos aprovavam a necessidade de diferenciar seu reinado dos reinos precedentes, particularmente aquele de Domiciano. Enquanto a época de Trajano simbolizava um verdadeiro *saeculum*, com o início de um século bom e tranqüilo (CIZEK, 1983), a época de Domiciano era o símbolo da tirania e da opressão.

Domiciano reprimiu os mestres da filosofia, levando-os ao exílio ou à morte. Solidário com a dinastia dos Flávios, ele continuou a monarquia absoluta, centralizada e burocrática, acentuando o despotismo. Todavia, com Nerva, seu sucessor, este quadro já mostrava sinais de mudança, com a restauração da *libertas publica*.

Seguindo os passos de Nerva e determinado a modificar a política instaurada por Domiciano, Trajano foi nomeado imperador. Ele simbolizava a nova cúria, pois era o representante do novo grupo de senadores, originário das províncias romanizadas, e figurava como o restaurador da *persona* e da *dignitas*, o que significava que a competência moral e profissional e a dignidade deveriam ser usadas em favor das magistraturas do Estado. Nesta atmosfera de moralidade os representantes dos grupos sociais dominantes buscavam aperfeiçoar a arte de exercer bem o seu papel como homem público. Trajano era o modelo a ser seguido pelo *populus romanus*, uma vez que reunia em si as virtudes do monarca ideal, simbolizadas pela coragem, pela generosidade, pela justiça, pela clemência e pela piedade; portanto, era o *rex* que se opunha ao *tyrannus*, este, símbolo da soberba, da luxúria, da crueldade e da inércia.

Diante da marca de *optimus princeps*, Trajano desenvolveu sua administração recorrendo à ordem eqüestre. Os cavaleiros tinham adquirido uma influência social relevante desde o final do século I d.C., quando ocupavam as magistraturas locais e as funções provinciais e municipais. Tal situação levava à amplificação do aparelho burocrático imperial. Pouco a pouco uma verdadeira carreira eqüestre foi tomando

^{2[1]} Não podemos deixar de lembrar a contemporaneidade das cinquenta e uma Cartas que fazem parte do décimo livro da correspondência e do Panegírico, com o reinado do imperador Trajano. No Livro X encontram-se as epístolas dirigidas a Trajano, quando Plínio governava a província da Bitínia. O Panegírico é uma ampliação literária de um discurso de agradecimento ao príncipe quando Plínio foi nomeado cônsul suffecto no ano 100 d.C..

forma e a aristocracia patricia foi cedendo lugar a uma nova aristocracia senatorial, recrutada entre os nobres das províncias.

Além disso, o imenso território que Roma possuía - assim como o sistema social e a manutenção da coesão do império - reclamava imperiosamente o poder monárquico. A figura de Augusto se institucionalizara cada vez mais, enquanto a competência real dos imperadores residia no poder patronal de essência militar, já que ele influenciava o restante dos cidadãos como seu *patronus* supremo à frente de uma gigantesca clientela.

Entretanto, por mais absoluto que fosse o poder do príncipe, ele não podia governar sozinho. Ao contrário, ele se apoiava em um numeroso círculo de parentes e amigos, isto é, o conselho dos *amici* ou o *consilium principis*, que tendia a se institucionalizar e a substituir algumas funções do senado. É nesse contexto que a instituição da *amicitia* estava onipresente.

A *amicitia*, que poderíamos traduzir muito genericamente por amizade, sugeria diversas formas de envolvimento social. Quando nos referimos à instituição da *amicitia* já deixamos transparecer tal diversidade. Ela significava uma relação entre os *amici*, na qual a afetividade vinha se ligar às determinações pragmáticas da vida política. Ela não era somente um laço subjetivo de afeição, mas era também uma ligação objetiva baseada na assistência mútua e na *fides* isto é, na lealdade entre os *amici* (HELLEGOUARC'H, 1972).

Amicitia, *amicus*, *fides*, *auctoritas*, são termos que fazem parte do vocabulário político, e quando unidos, formam a base das relações políticas pessoais, identificadas como patronato. Se considerarmos sua prática e sua presença nas cartas de Plínio, o Jovem, é necessário atribuir à palavra “amizade” um sentido mais preciso, mais limitado. As noções que estes termos assumem nos conduzem à identificação de uma linguagem particular para a *amicitia*, capaz de distinguir, inclusive, relações hierárquicas entre indivíduos de condições sociais distintas ou entre aqueles que pertencem ao mesmo meio.

Dentre este conjunto de termos do vocabulário político presente na correspondência pliniana têm importância fundamental a noção de *fides* e a noção de *amicitia*, pois elas são a base de todo o sistema de patronato, já que definem os laços pessoais entre os cidadãos. Como podemos observar, o valor destas palavras depende do grupo social a que o homem político esteja associado.

A *fides* comporta um conjunto de obrigações recíprocas, ou seja, os *officia*, constituindo-se no fundamento da atividade política. É através do *officium* que o patrono exerce sua *ambitio* e se esforça para adquirir a *gratia*. É uma forma de influência que consiste no fato de poder dispor, através de seus amigos e clientes, de um número importante de votos para atuar em favor próprio ou em favor daqueles que sustentam sua ação política.

A *amicitia* designa, de modo mais amplo, as relações favoráveis entre indivíduos ou entre grupos políticos. Ela pode estar associada ao parentesco, ao interesse entre as partes envolvidas, como também pode estar ligada à idéia de camaradagem ou à de dependência, medindo o grau de intimidade das relações estabelecidas.

Se a *fides* e a *amicitia* são palavras que indicam o laço unindo o homem político àqueles que dele dependem, a *auctoritas* expressa, de modo mais completo, o lugar que ele ocupa na sociedade segundo o seu grau de influência política. Ela é consequência de um conjunto de elementos materiais - como *genus* e *diuitiae* -, e morais - como o conjunto de qualidades que compõe a *virtus* -, todos elementos determinadores da capacidade de atuação política.

A noção de *fides* e a noção de *amicitia* portam uma forte carga de subjetividade, maior que *auctoritas*, que representa em si mesma um poder concreto. Ao localizarmos as aparições de *amicitia* e de *fides* nos nove primeiros livros de Cartas, obtivemos um quadro de divisão das menções de acordo com o número de epístolas de cada um destes livros:

LIVROS	No. de Cartas	No. de Menções		Menções/livro
		<i>Amicitia</i> e <i>Fides</i>		
I	24	2	6	7,14% e 14,28%
II	20	1	5	3,57% e 11,90%
III	21	4	4	14,28% e 9,53%
IV	30	6	1	21,42% e 2,38%
V	21	3	4	10,71% e 9,53%
VIII	34	4	4	14,28% e 9,53%
VIII	33	4	5	14,28% e 11,90%
VIII	24	2	6	7,14% e 14,28%
IX	40	2	7	7,14% e 16,66%

O emprego dos termos *amicitia* e *fides* nas Cartas não parece, a princípio, bastante amplo, o que não nos surpreende quando consideramos que a maioria dos correspondentes de Plínio fazem parte de seu círculo de relações pessoais ou são seus familiares: Plínio se refere a eles usando a palavra *amicus*. Por isso, encontramos com frequência o seu emprego nas epístolas ao lado da presença do substantivo *amor* e do verbo *amare*, todos usados tanto para caracterizar a relação patrono-cliente como a relação com outras personalidades políticas. No caso de *amor/amare*, eles exprimem o valor essencialmente afetivo da *amicitia*, e intervêm no domínio político somente para dar ênfase a laços de amizade muito estreitos. Assim, o número de menções de *amicus* e de *amor/amare* se amplia consideravelmente, quando comparado ao termo *amicitia*. Para os respectivos vocábulos teríamos o seguinte quadro:

LIVROS	No. de Cartas	No. de Menções		Menções/Livro
		<i>Amicus</i>	<i>Amor/Amare</i>	
I	24	11	15	10,78% e 12,15%
II	20	11	9	10,78% e 7,29%
III	21	18	7	17,64% e 5,67%
IV	30	7	18	6,86% e 14,58%
V	21	5	6	4,90% e 4,86%
VI	34	17	18	16,66% e 14,58%
VII	33	15	12	14,70% e 9,72%
VIII	24	10	8	9,80% e 6,48%
IX	40	8	19	7,84% e 15,20%

No caso da palavra *fides*, encontramos o seu significado mais genérico nas Cartas, enquanto a reunião de indivíduos que lutam pelo mesmo objetivo cultural e político. Como uma qualidade social, a *fides* simboliza uma relação de confiança mútua baseada na fidelidade. Tal sentido pode ser obtido com a presença dos substantivos *fidelis* e *foedus*, designando o pacto concluído entre os indivíduos ou os círculos políticos. O seu número de menções nas Cartas é:

LIVROS	No. de Cartas	No. de Menções	Menções/Livro
		<i>Fidelis/Foedus</i>	
I	24	1	3,03%
II	20	5	15,15%
III	21	6	18,18%
IV	30	7	21,21%
V	21	2	6,06%
VI	34	4	12,12%
VII	33	2	6,06%
VIII	24	4	12,12%
IX	40	2	6,06%

Diante dos quadros acima apresentados pudemos quantificar o emprego dos termos *amicitia* e *fides*, bem como o de seus respectivos correlatos *amor/amare* e *fidelis/foedus*, na correspondência pliniana. Contudo, sob um olhar mais detalhado, observamos que eles podem ser utilizados para um amplo quadro de objetivos. Neste caso, o conteúdo das Cartas nos sugeriu o seguinte desdobramento para o emprego da *amicitia* e da *fides* :

1. *Amicitia* e *fides* no campo jurídico: Plínio, o Jovem, utiliza os termos *amicitia* e *fides* para designar as solicitações de sua atuação como advogado, deixando claros tanto sua precaução diante dos anos de terror e de perseguição que caracterizaram o reinado de Domiciano quanto os laços de amizade que envolviam os pedidos feitos, quer para acusar, quer para defender.
2. *Amicitia* e *fides* no campo privado: nesta categoria encontramos uma conotação particular no emprego dos termos em questão. São Cartas onde Plínio, o Jovem, é consultado sobre a aquisição de domínios rurais, sobre sonhos e presságios, sobre testamentos, sobre a educação, sobre o matrimônio. Elas também nos informam sobre sua vida familiar, a prática da delação e assuntos do cotidiano romano, tais como: convites para jantar, a vida agitada da cidade em oposição ao *otium* proporcionado pelo campo. Em todos os casos, impera a experiência do autor das Cartas, isto é, a *auctoritas* de quem exerce a *fides* sobre um amplo círculo cultural e político;

3. Amicitia e fides no campo das virtudes: como já sublinhamos anteriormente, o conceito de *fides* indica os laços de fidelidade que se estabelecem entre aqueles que estão unidos por uma mesma *amicitia*. A natureza destes laços é determinada pela capacidade material, intelectual e moral do homem político, capacidade esta que se traduz, mais completamente, pelo termo *auctoritas*. A *auctoritas* provém da *virtus*, isto é, do conjunto de qualidades que o indivíduo pode reunir e que o distingue dos demais. Neste caso, os termos próximos a *virtus* são: *fortitudo*, *labor*, *vigilantia*, *diligentia*, *industria*, *humanitas*, *sapientia*, *prudentia*, *bonus*, *memoria*, *intelligentia*, *moderatio*, *temperantia*, *clementia*, *iustitia*, *providenti*, *cura*. Estes termos são abundantes na correspondência pliniana e nos permitem discorrer sobre as virtudes ligadas e coerentes com a tradição do *mos maiorum*;
4. Amicitia e fides e a atividade literária: destacamos a presença destes vocábulos no quadro das atividades que traduzem as preocupações voltadas à prática das *recitationes*, à elaboração dos discursos e à importância da eloquência, e a oratória como uma virtude essencial no tanto no campo político como no campo jurídico;
5. Amicitia e fides e os negócios públicos: neste campo nós nos encontramos no domínio mais complexo da política romana, através das relações de patronato. Neste sentido, quatro aspectos merecem nossa particular atenção, a saber: as práticas da *liberalitas*/ou *beneficium*/ou *munificentia*, da *commendatio* e do *suffragium*. Nelas os laços da *amicitia* e da *fides* se desdobram no amplo espaço de atuação política de Plínio. A existência e a preservação da amizade são exaltadas pelo autor das Cartas, na medida em que respondem às suas necessidades particulares. Plínio, o Jovem, aparece sempre como o mediador nos diferentes assuntos políticos, o que demonstra a sua capacidade de influência nos caminhos para o acesso aos mecanismos de decisão nas esferas de poder.

A *amicitia* não repousava sobre relações construídas ao acaso. Tratava-se de uma verdadeira organização, que impunha obrigações variadas aos seus membros. Tal condição se justificava pela própria ordem constitucional romana. Era sempre em um espaço limitado e fechado que as discussões políticas se desenvolviam. Elas eram elaboradas *in arto*, isto é, em lugar restrito e protegido dos olhares

indiscretos, acabando por caracterizar a formação de círculos culturais e políticos ^{3[2]} e por desviar as atividades do *forum* para espaços particulares.

Os *circuli* não se assemelhavam aos partidos políticos modernos, pois não funcionavam segundo as adesões ou os programas oficiais. Na verdade, o mesmo indivíduo podia freqüentar vários círculos, geralmente reunidos nas casas de senadores e cavaleiros e nas escolas dos mestres de filosofia. Eles nasciam em função das relações de amizade, das afinidades políticas e literárias, e também como um prolongamento do sistema de clientelas coletivas. Outrossim, a organização da sociedade romana refletia a influência determinante e eficaz que certos indivíduos exerciam sobre o conjunto dos outros:

(...) Há de um lado, a elite daqueles que governam, e de outro lado, a massa daqueles que obedecem. Esta divisão da sociedade se exprime tradicionalmente na oposição *patres-plebs*, mas ela se manifesta sobretudo, na instituição do patronato e da clientela. (HELLEGOUARC'H, 1972, p.153)

O conceito de *fides* e o conceito de *amicitia*, bem como todas as relações deles decorrentes, estavam inseridos num espaço político onde se apresentava a condição social, ou mais propriamente, a posição que cada um ocupava na escala social; o lugar que lhe era devido.

Destarte, as noções características do vocabulário político dos romanos presentes nas Cartas de Plínio, o Jovem, exprimem a capacidade ou a incapacidade do homem político de manter ao redor de si indivíduos cujos laços são predominantemente pessoais. É justamente a existência de grupos de indivíduos com interesses políticos comuns que acaba por promover e solidificar as relações patronais.

Quando consideramos a carreira pública de Plínio, o Jovem, devemos evidenciar sua origem eqüestre. Ele era originário de uma família de cavaleiros e chegou até a *ordo senatorius*. Embora *homo novus*, ele assumiu rapidamente a *forma mentis* senatorial, tanto na qualidade de

^{3[2]} Tais círculos tinham funcionado durante o período republicano, mas no Império eles aumentam consideravelmente, acabando por substituir as facções políticas tradicionais. Na República os magistrados estavam restritos a um pequeno círculo de famílias abastadas, controlando e limitando o poder das assembléias. Além disso, as magistraturas eram anuais, o que dificultava o estabelecimento de um programa governamental ou de discussões políticas mais amplas. Sobre isto ver o estudo de CIZEK, 1983, p. 163).

amicus principis quanto na qualidade de dirigente de um influente círculo cultural e político.

Trata-se, portanto, de um estudo das relações de poder através do vocabulário político que vem caracterizar a relação de patronato presente na correspondência de Plínio, o Jovem. Entendemos a relação patronal como um acordo baseado na confiança mútua, isto é, a confiança presente no laço estabelecido entre o patrono e seu cliente, a qual era traduzida pela fórmula *in fidem clientelamque suam recepti*, ou seja, na boa fé eu te recebo como cliente.

Antes de extrairmos um significado substancial dos documentos literários é preciso especificar as características que envolveram sua constituição. Compreender a natureza de uma obra é o primeiro passo, na ótica das pesquisas históricas. Como afirmou Eric Auerbach (1987.p. 23), “a linguagem nos delata”. Sempre devemos perguntar quem é o indivíduo que a profere.

Plínio, o Jovem, se identificou com o meio social que o envolvia e que está presente em suas Cartas. Tal identidade pode ser atestada por sua escala de valores, já que suas palavras estavam fundamentadas na certeza de que a virtude era o supremo bem. Ele próprio era um homem que ocupava uma posição privilegiada na sociedade e que admirava os homens de moral. Deste modo, é necessário levar em conta o caráter histórico e filosófico e a vocação moralizadora e estética das Cartas, pois isto nos facilita a compreensão das idéias adotadas pelo seu autor.

Um texto literário expressa os conflitos sociais e ideológicos de seu tempo. Isto porque o escritor é o medidor de duas forças, a saber: a do público e a da obra. Evidentemente, o papel do escritor no interior da sociedade deve ser relevante para esta análise, posto que é ele, em última instância, o criador da obra.

As Cartas enviadas por Plínio, o Jovem, a amigos, sem abandonar as informações sobre a política imperial, estendiam-se a uma esfera de problemas mais amplos. Na correspondência podemos entrever a prática social durante os anos de 96 a 109 d.C., a maneira de viver dos romanos, a vida cotidiana dos senadores tanto em Roma quanto em suas casas de campo - *villae* - nas proximidades da *Urbs*. Enfim, como sublinhou Eugène Alain :

Na companhia de Plínio, nós iremos ao Senado, onde, sem a preocupação com os fatos, as leis, a eloquência, julga-se politicamente crimes de direito comum, onde os cônsules

imperiais dissimulam, sob as ações de graças republicanas, a realidade de sua servidão; à Basílica Júlia, repleta tanto de entusiastas sinceros quanto de rumores pagos; à sala de leituras, onde os gritos de alegria se acabam num bocejo; ao Palácio das Vestais, onde Junia trata da doença sofrida por Fânia; nós reencontraremos, sob o Pórtico, Espurina, muito incomodado pela comissão de Régulo; ao Templo da Concórdia, onde Cúrio, o filho mau, chora a fortuna e não a ternura da ausência materna. Ouvindo Plínio, nós conheceremos todos os casamentos, todos os nascimentos, todas as mortes, todos os testamentos, todos os orçamentos, todas as posses da toga ou do laticlavo, todas as solicitações, todos os descaminhos, todas as agonias, todos os sucessos, todos os reversos da intriga ou do mérito; (...) com Plínio, nós aprenderemos que as terras aumentaram de preço, particularmente nas proximidades de Roma, onde os candidatos eram obrigados a empregar um terço de sua fortuna em bens fundiários: (...), que a sociedade romana se inclina - como a nossa -, mais voluntariamente diante do dinheiro do que diante da virtude (...). (1901, p. I-II)

As Cartas de Plínio, o Jovem, não são textos inocentes e transparentes. Foram escritas com diferentes intenções e estratégias, que demonstram a forte articulação com o poder político por parte do autor das Cartas e do seu elenco de correspondentes.

Lembramos, primeiramente, a condição de grande proprietário rural e de homem público ocupada por Plínio, o Jovem. Suas Cartas resultam do seu íntimo contato com cidadãos romanos que exerceram diferentes funções no sistema político-administrativo de Roma. Em seguida, ressaltamos o vocabulário presente nas Cartas. Ele veicula a ligação de seu autor com o poder político através do seu círculo de relações pessoais, onde podemos entrever uma característica primordial do patronato.

REFERÊNCIAS

Fonte Impressa

SECUNDUS, Caius Plinius Caecilius. *Lettres*. Traduit Par Anne-Marier Guillemin. Paris: Belles Lettres, 1953.

Bibliografia

- ALBERTINI, E. *L'Empire Romain*. Paris: Press Universitaire de France, 1970. ("Peuple et Civilisations", 4).
- ALLAIN, Eugène. *Pline le Jeune et ses Héritiers*. Paris; Fontemoig, 1901.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis*. A representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1987. ("Estudos". 2).
- BÉRANGER, Jean. *Recherches sur l'aspect idéologiques du Principat*. Verlag Friedrich Reinhardt Ag Basel, 1953.
- BOWMAN, Alan K. e WOOLF, Greg. *Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo*. Trad. de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1998.
- CALBOLI, Gualtiero. "Pline le Jeune entre pratique judiciaire et l'éloquence épictétique". In: *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*. Paris: Belles Lettres, XLIV, 4: 358-374, 1985.
- CARCOPINO, Jérôme. *Rencontres de l'Histoire et de la Littérature Romaine*. Paris: Flammarion, 1936.
- _____. *Les Étapes de l'Imperialisme Romaine*. Paris, 1961.
- CIZEK, Eugen. *Mentalités et Institutions Politiques Romaines*. Paris: Hachette/Fayard, 1990. ("Pluriel").
- _____. *L'Époque de Trajan*. Circonstances Politiques et Problèmes Idéologiques. Traduit du romain par Caius Frantescu. Paris: Belles Lettres, 1983.
- DUMÉZIL, G. *Idées Romaines*. Paris: Gallimard, 1969.
- DUPOY, A. *Rome et Lettres Latines*. Paris: Armand Colin, 1946.
- FALCON, Francisco. "História e poder". In: CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R. (org.). *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro; Campus, 1997. P.91-126.
- FINLEY, Moses. *A Política no Mundo Antigo*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GAGÉ, Jean. *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*. Paris: Payot, 1971.
- GARNSEY, Peter. *Social Status and Legal Privilege in the Roman Empire*. Oxford, 1970..

GIARDINA, Andrea (org). *O Homem Romano*. Trad. de Maria Jorge V. de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

GUILLEMEN, Anne- Marie. *Le Public et la Vie Littéraire à Rome*. Paris: Belles Lettres, 1937.

_____. *Les Lettres de Pline le Jeune*. Paris: Hachette, 1938.

HABINEK, Thomas N. *The Politics of Latin Literature*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

HARMAND, Louis. “Le patronat à l’époque romaine”. In: *L’Information Historique*. Paris: J.B. Bailliére et Fils, 5: 182-183, nov./dec., 1952.

HARVEY, P. *The Oxford Companion to Classical Literature*. Oxford; Claredon, 1951.

HELLEGOUARC’H, J. “La vie politique des romaines à travers le vocabulaire”. In: *L’Information Littéraire*. Paris: J.B. Bailliére et Fils, 4: 158-166, sept./oct. 1963.

HOMO, Leon. *Les Institutions Politiques de la Cité à l’État*. Paris: La Renaissance du Livre, 1927.

LORiot, Xavier e BADEL, Christophe (dir.). *Sources d’Histoire Romaine*. Paris: Larousse, 1993.

MARTINO, Francesco. *Storia della Costituzione Romana*. Napoli: Casa Editrice Dottore Eugenio Jovene, 1974.

MICHEL, Alain. *La Philosophie Politique a Rome d’Auguste a Marc Aurele*. Paris: Armand Colin, 1969.

ROSE, H.J. *A Handbook of Latin Literature*. London: Methuen, 1949.

SALLER, Richard. “Patronage and friendship in early imperial Rome”. In: WALLACE-HADRILL, A . (ed.) *Patronage in Ancient Society*. London and New York: Routledge, 1989, p. 49-62.

SHERWIN-WHITE, A . N. “Pliny, the man and his Letters”. In: *Greece & Rome*. Oxford: Oxford University Press, XVI, 1: 76-90, 1969.

_____. *The Letters of Pliny*. A Historical and Social Commentary. Oxford: Oxford University Press, 1985.

WALLACE-HADRILL, A . (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London and New York: Routledge, 1989.